

A função crítica da argumentação¹

Resumo

A perspetiva desenvolvida nesta comunicação conota a argumentação com a função crítica da linguagem. Ela aparece como lugar de questionamento e como forma de lidar com a problematicidade dos assuntos, tendo como pressuposto que para uma questão argumentativa há pelo menos duas respostas possíveis. Neste sentido, a argumentação fomenta o pensamento crítico de uma forma transversal e é fundamental do ponto de vista do ensino. Todavia, o exercício da função crítica da linguagem, para ser frutuosa e produtiva, deve ser realizada no quadro de uma imagem argumentativa do pensamento que configura a ideia do razoável e aponta para uma dimensão coexistencial. Assim, e para além de explicitar a importância da função crítica da argumentação, são apresentadas as principais características da uma imagem argumentativa do pensamento, uma imagem competente para lidar com a diversidade de culturas que sempre condicionam modos de pensar e argumentar.

Palavras-chave: argumentação; crítica; imagem argumentativa do pensamento; ensino; cultura.

Introdução

Irei abordar o tema do ensino da argumentação enfatizando essencialmente dois pontos que entre si estão ligados: por um lado, a *perspetivação da argumentação enquanto função crítica da linguagem* e, por outro, a *imagem argumentativa de pensamento* enquanto expressão do tipo de racionalidade — ou talvez seja melhor dizer, de razoabilidade — que subjaz às práticas argumentativas.

A tese subjacente à escolha deste caminho é, por um lado, a de que a *função crítica da linguagem veiculada pela argumentação* está

¹ Comunicação apresentada nas Décimas Jornadas Internacionais de Análise do Discurso e no Quinto Congresso Internacional de Estudos do Discurso – JADIS X - CIED V, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que decorreu nos dias 4, 5 e 6 de novembro de 2024.

indubitavelmente ligada ao fomento do *pensamento crítico* — pensamento crítico que, de uma maneira transversal, é considerado valioso do ponto de vista educativo. Por outro lado, é também a ideia de que *a aquisição de uma imagem argumentativa enquanto modo de pensar, articular raciocínios e perspectivas e de construir conhecimento* (ponto de vista epistemológico), contribui muito positivamente para uma coexistência mais saudável e mais livre de posturas dogmáticas e autoritárias.

Enfim, e para ser mais claro: uma das virtudes do ensino da argumentação é a de fomentar o espírito crítico dentro de uma imagem de pensamento não dogmática e não absolutista. É esta ideia — consonante, aliás, com a uma certo ideal de cidadania e de coexistência — que passarei a desenvolver.

A ideia de crítica

Antes de mais, gostaria de citar um texto de James R. Andrews (1990, pp. 2-3. Itálicos meus) no qual o autor refere algumas ideias interessantes sobre as noções de crítica e de criticismo:

Na linguagem corrente, o criticismo conotou-se com a censura, o deitar abaixo, o apontar o dedo, o comentário negativo. (...) Mas estas definições tão populares de criticismo não são certamente base para definir a atividade da crítica séria. Por isso Marie Hochmuth Nichols recorre à observação de Jonh Dewey, segundo a qual, '(...) o criticismo não é uma caça ao culpado. Não é apontar males que devem ser resolvidos. *É juízo comprometido na discriminação de valores. É pensar sobre o que é melhor e pior em qualquer domínio e em qualquer altura* [assinale-se aqui a dimensão transversal da argumentação], com a consciência do porquê o pior é pior'. Uma maneira de definir o criticismo sucintamente será dizer que ele é o *processo sistemático de esclarecimento e de avaliação dos produtos da atividade humana*.

Enquanto processo de esclarecimento e da avaliação, o *criticismo não desemboca em palavras últimas* [e já temos aqui uma

afirmação que remete para aquilo a que chamo imagem de pensamento]. O impulso crítico não é guiado pela destruição, mas, pelo contrário, proporciona e constrói compreensão. (...). No seu melhor, *o criticismo conduz-nos a uma mais plena e rica compreensão de uma situação particular tal como ela existe no contexto da conduta humana.*

Partindo desta visão do que seja crítica — no fundo, um exercício de atenção que visa discernir para poder por em perspetiva e avaliar sem cair em dogmatismos — é importante frisar que uma das especificidades da argumentação é a de que, pressupondo o questionamento (plasmado naquilo a que habitualmente se chama “questão argumentativa” ou *stasis* argumentativa) e o confronto e aprofundamento de divergências de pontos de vista, ela é veículo a uma função crítica da linguagem.

Argumentação e função crítica

Neste contexto, torna-se necessário compreender que argumentos sustentam posições, avaliar as suas justificações e ponderar todos aspetos que consideramos relevantes. Talvez por isso Josina Makau e Debian Marty (2001, p. 81) tenham definido a argumentação como “um processo de comunicação utilizado pelas pessoas para compreenderem e fazerem entender as diferentes perspetivas sobre um dado tópico e para as ajudar a decidir como se posicionam sobre assuntos relevantes”.

Neste contexto, torna-se necessário compreender que argumentos sustentam posições, avaliar as suas justificações e ponderar todos aspetos que consideramos relevantes.

Para além de um exercício de esclarecimento, de leitura e interpretação do discurso, da situação e do interlocutor ou interlocutores, a função crítica da linguagem remete para a capacidade de confrontar esse discurso, seja através de questionamentos, seja produzindo contradiscursos de oposição ou alternativos, seja, ainda, produzindo acordos capazes de acomodarem divergências.

Com efeito, enquanto atores que participam numa situação de argumentação os nossos papéis de atuação alternam entre os papéis do proponente, do oponente e do questionador, sendo que este último está no cerne da referida função crítica da linguagem.

Essa função crítica está ainda patente num movimento de desdogmatização que faz com que não encaremos um discurso como algo de natural, supostamente neutro, que diz o que é, mas antes como uma construção que orienta para formas de perspetivar às quais estão implícitas escolhas, valores e modos de ver.

Afastar-se de uma receção dogmática da comunicação, dos discursos e das argumentações é abrir-se à consciência da pluralidade de visões e vias de acesso possíveis para tematizar assuntos e relativizar vias únicas de abordagem.

É, além do mais, adquirir consciência da dimensão propositiva e persuasiva da componente argumentativa da linguagem, vendo-a não como algo de negativo, mas como algo de incontornável (retoricidade da linguagem). E como algo que importa avaliar e relativamente ao qual importa tomar posição, nem que seja considerando vias alternativas possíveis.

Adquirir esta percepção dos poderes argumentativos da linguagem é fundamental em termos de discernimento, autonomia e também de cidadania. Talvez por isso Ruth Amossy (2006, p. 19) tenha assinalado que

a análise argumentativa [e note-se que a análise argumentativa é uma das dimensões relevantes do ensino da argumentação] apoia-se na ideia de que a aclaração de um funcionamento discursivo é também uma elucidação, se não um desvelamento, da forma como ele tenta agir sobre o parceiro. Dito de outra forma, a análise seria ela mesma uma ferramenta crítica.

E, de um ponto de vista mais afoito à questão da cidadania, escreveu A. Kremer-Marietti que a teoria da argumentação é

não apenas muito útil mas também muito justa, no sentido em que introduz a justiça nas relações humanas e permite o respeito e o

exercício da paridade entre os humanos. Por outro lado, tem a preocupação de apresentar, contra o argumento de autoridade que rege muitas vezes os discursos – mesmo os mais impregnados de retoricidade filosófica – a vantagem da simetria *inter pares* entre o orador e o ouvinte, e logo a liberdade de escolha deixada pelo orador (ou escritor) ao ouvinte (ou leitor). (Kremer-Marietti, 2004, p. 84).

Esta citação traz-nos também uma outra dimensão da argumentação e do seu ensino: trata-se da questão ética, ou seja, a forma como tratamos o Outro é determinante em termos de condições de possibilidade das situações de argumentação e é por essa mesma razão que se pode dizer que a forma como as práticas argumentativas são possíveis e se concretizam são um bom aferidor da democraticidade social e política. Como, neste sentido, observou Perelman, “cada vez que chegamos a regimes monolíticos vemos que se gosta das verdades evidentes, das deduções retilíneas e não muito do pró e do contra, da argumentação”. (Perelman, 1970, p. 320. Tradução minha).

Se pensarmos na sala de aula, diria que que não é o modelo daquilo a que Paulo Freire chamou “educação bancária” aquele que dá espaço às práticas argumentativas e que bem mais inspiradora é a ideia de que o que existe numa sala da aula é uma relação entre aprendizes, entre um aprendiz mais velho e aprendizes mais novos.

É ainda importante não pensar a argumentação sem a articulação entre teoria e prática para que ela remete. Na verdade, embora seja uma dimensão importante, não podemos reduzir a argumentação ao estudo do raciocínio lógico, tal como não podemos esquecer que a dimensão de negociação que nela existe remete para uma dimensão coexistencial, aspecto aliás salientado por Ruth Amossy (2014, p. 228) ao utilizar a expressão “coexistência no *dissensus*” para sintetizar a ideia de racionalidade argumentativa.

Ou seja, a argumentação está relacionada com o saber estarmos juntos e com o persistir na ideia de comunidade onde a conflitualidade de opiniões deve ser vista, não como destrutiva, mas como produtiva, inevitável e recorrente. Mas, para isso, será preciso ter interiorizado uma imagem argumentativa do pensamento. É a respeito disso que agora irei apresentar algumas ideias.

Linhas de força de uma imagem argumentativa do pensamento

O que é, então, uma imagem argumentativa do pensamento? O que é pensar sob o signo da argumentatividade e da argumentação? O que é assumir que o pensamento é ele mesmo trespassado por uma dimensão retórico-argumentativa?

De um modo genérico, poderemos dizer que uma imagem argumentativa remete, antes de mais, para uma valorização da dimensão do preferível, uma focalização no que é preferível escolher — o que significa que o pensamento axiologiza² e decide — quando queremos reduzir a arbitrariedade da nossa relação com o mundo e com os outros. (Aliás, importa dizer que, em termos de racionalidade, a argumentação ocupa o espaço intermédio entre o necessário e o arbitrário e geralmente apresentar razões tem a finalidade de mostrar que há fundamentos que, não sendo absolutos mas verosímeis, tendem a fazer pensar e a optar de certa maneira).

Uma imagem argumentativa do pensamento aponta para a tentativa de superar o pensamento dicotómico (verdadeiro ou falso), não porque faça desaparecer as oposições ou as dissociações, mas porque opta pelo critério da diversidade de vias possíveis e da tensionalidade móvel das noções em

² Escreve Marc Angenot: "o raciocínio axiológico é então criação de uma conexão entre estes dois mundos [o real e o virtual-ideal] ou estas duas ordens incomensuráveis. Axiologizar consiste em colar aos 'dados' empíricos signos transcendentais: justo, injusto, bom, nobre, verdadeiro, igualitário, democrático, justiça social, direito ao trabalho, liberdade de expressão, etc. Será que tal ato é bom ou mau? Será que aquele homem é bom ou maldoso? A avaliação incide sobre o incognoscível — no sentido 'positivo' deste termo. Toda a avaliação é uma transvaliação na medida em que os valores não emanam do mundo bruto mas submetem o mundo ao seu exame". (Angenot, 2008, p. 240)

detrimento do princípio do terceiro excluído. Se este último se aplica num plano lógico do raciocínio, ele não se aplica numa perspectiva da retórica argumentativa em que se lida com perspectivas e valorações.

Uma imagem argumentativa do pensamento apresenta-se como uma base para a boa sociabilidade, na qual se articulam as noções de liberdade, de responsabilidade e de respeito, possuindo a dimensão crítica e existencial de nos fazer dizer quem somos e onde queremos estar. É uma imagem siamesa da aspiração a uma forma de coexistência minimamente pacífica pautada pelo princípio da discutibilidade e pela prática do livre exame.

Numa imagem argumentativa do pensamento há uma rejeição de qualquer tipo de absolutismo e isso equivale

a negar a existência de uma perspectiva abarcante e totalizadora — uma espécie de olho de Deus — a partir da qual cada perspectiva pudesse ser avaliada. As perspectivas avaliam-se confrontando-se umas com as outras e representam propostas e não certezas, caminhos possíveis e perfectíveis e não soluções definitivas e perfeitas. A imagem argumentativa do pensamento é, pois, solidária da recusa do pensamento de via única e é justamente contra este que ela erige a discutibilidade como seu bastião.
(Grácio, 2016, p. 98)

Trata-se pois de promover um espaço pacífico de articulação do preferível dentro do possível, no quadro de valorização do múltiplo e do controverso e, como notou James Crosswhite (2013, p. 6),

manter as controvérsias no horizonte, aprendendo a viver com elas de uma forma humana e inteligente, é uma aptidão essencialmente ética. É um requisito para vivermos uns com os outros de uma forma humana e inteligente.

Dito de outra maneira, na imagem argumentativa do pensamento a presença da alteridade é constitutiva. E por isso ela está apta a lidar com o múltiplo e com o controverso. Como notou Chantal Mouffe, "longe de pôr em risco a

democracia, a confrontação agonística é, de fato, sua condição de existência” (2005, p. 21) e, por conseguinte, o “pluralismo agonístico” é o que mantém viva a sua dinâmica. Dir-se-á que não podemos esperar da argumentação milagres, ou pensar que através dela tudo podemos resolver. Contudo, podemos esperar que, recorrer à possibilidade de argumentar torna a coexistência mais robusta e viável, até porque implica negociação de acordos que geram coesão e comunidade.

Assim, a imagem argumentativa de pensamento implica que se saiba lidar com a conflitualidade, com o respeito pelo outro, pelo diferente, pelo alternativo e pela multiplicidade de caminhos possíveis. Aliás, diria mesmo que a imagem argumentativa remete não para um pensamento sob o signo da unidade ou da redução à unicidade, mas para um pensamento que parte sempre de uma base no mínimo dual, no sentido em que, para cada assunto considera que há, pelo menos, duas perspectivas divergentes.

Uma imagem argumentativa de pensamento valoriza a escuta que, aliás, considera essencial nas práticas argumentativas. Como bem notou Crosswhite (2013, p. 282)

sem a escuta, a simetria requerida para a argumentação não está disponível; contudo, com a escuta, e com o respeito que a escuta incorpora, tornamo-nos conscientes de que podemos eventualmente ser persuadidos pelo raciocínio da outra parte.

Por tudo que já foi dito, uma imagem argumentativa do pensamento resiste às concepções que retiram a dimensão dos valores (através, por exemplo, de uma distinção artificial entre razão e emoção) na produção do conhecimento e que tendem a adiaforizar³ e a manter à distância as questões éticas e políticas e a promover uma racionalidade instrumental.

Refira-se também que a imagem argumentativa do pensamento não procede a uma abordagem objetual da realidade, mas considera-a em termos de

³ Bauman fala de adiaforização como “os estratagemas voltados para colocar (...) certas categorias de seres humanos fora do eixo moral-imoral – ou seja, fora do ‘universo das obrigações morais’ e do reino dos fenómenos sujeitos à avaliação moral; estratagemas para declarar tais ações ou inações, de maneira implícita ou explícita, ‘moralmente neutras’ e impedir que as escolhas entre elas sejam submetidas a um julgamento ético”. (Bauman, Z. & Donskis, L., 2013., p. 39)

assuntos e, mais precisamente, *assuntos em questão*, assuntos que é preciso tematizar considerando as múltiplas abordagens existentes e possíveis. Nesse sentido, ela inclui uma dimensão de criatividade que a tradição retórica não deixou de assinalar ao falar da *inventio*, não necessariamente como arte de inventar, mas como arte de agenciar e fazer vir ao discurso os recursos relevantes para cada caso (no fundo, uma arte de composição que pode ter uma elevada componente artística).

Enfim, e para concluir retomando a questão do ensino, a imagem argumentativa de pensamento está associada à promoção de um conjunto de competências de cidadania das quais destaco — para além das capacidades de escutar, de criticar e de coexistir — as capacidades de dialogar, de pensar, de optar e de se comprometer (cf. Grácio, 2016, pp. 192-193).

Mas nela está também patente a dependência dos modos de argumentar relativamente à diversidade de valores culturais. As práticas argumentativas não são iguais em todo e qualquer lugar. Elas são enraizadas e situacionais. São dependentes das culturas e dos valores que lhes são inerentes. A este respeito é bom recordar que os valores funcionam como uma espécie de campo de pré-persuasões ressonantes e operam como âncoras longínquas a partir das quais somos orientados e levados a fazer escolhas e inferências acerca das situações com que nos confrontamos. Ora, também este aspeto — a saber, as marcas culturais do argumentar — colocam a argumentação como uma prática pautada pela diversidade, pois diversos são os parâmetros culturais no interior dos quais as significações e os valores se sedimentam.

Ora, compreender que cada cultura articula os seus procedimentos de ligação e de dissociação e que axiologiza de formas diversas, ou seja, segundo uma lógica que está longe de ser universal, é um passo importante para perceber que há muitos jogos de racionalidade e que a arte do encontro implica uma mente aberta, pluralista e receptiva às diferenças e ao diferente.

A ideia de uma imagem argumentativa do pensamento — que procurei caracterizar anteriormente e que, reitero, tem como seu ponto de partida a

diferença e o plural e não a mesmidade ou o consenso dogmatizado — deve ser compreendida como estando ligada a um ideal pedagógico virado para a cidadania e pautado pelo livre exame, pelo acolhimento do contraditório e pela capacidade de coexistir numa sociedade pluralista. Afinal, como haveria consciência da parcialidade e das posicionalidades, bem como das pretensões à universalidade, sem que se parta de uma imagem argumentativa do pensamento?

Na comunicação interpessoal e, em particular, nas práticas argumentativas há toda uma pulsação de micropoderes prontas a desafiar o princípio da ética da comunicação que sugere ver e tratar o outro como um semelhante e em paridade no quadro daquilo a que Christopher Tindale (2020, §17) chama uma “retórica do encontro”. Ora essa consciência, fomentada por uma educação que tenha como pano de fundo a argumentação, é não só um passo para a elevação da coexistência interpessoal, como, também, um patamar decisivo para a concretização de uma desejável comunicação pautada pela justiça e pela aposta na dignidade humana.

Vão nesse sentido as afirmações de Michel Gilbert (2022) quando diz acreditar que “a teoria da argumentação é uma disciplina vital que pode ser usada para compreender e aprimorar as ferramentas que as pessoas utilizam para se comunicar entre si, abraçar o acordo e evitar a violência”, bem como, aliás, a sugestão de Henry Johnstone Jr. (2018, p. 41) de que é possível que, sem a natureza argumentativa, o homem não fosse homem.

Referências bibliográficas:

- Amossy, R. (2014). *Apologie de la polémique*. Presses Universitaires de France.
- Andrews, J. (1990). *The Practice of Rhetorical Criticism*. Longman.
- Angenot, M. (2008). *Dialogues de sourds. Traité de rhétorique antilogique*. Mille et une nuits.
- Bauman, Z. & Donskis, L. (2013). *A Cegueira Moral: a Perda da Sensibilidade na Modernidade Líquida*. Zahar Editor.

- Crosswhite, J. (2013) *Deep Rhetoric. Philosophy, Reason, Violence Justice, Wisdom*. The University of Chicago Press.
- Johnstone, Jr. H.. Algumas reflexões sobre a argumentação. Rui A. Grácio, & Moisés Olímpio-Ferreira (2018). *Contingência, incerteza e prudência: caminhos da retórica e da argumentação*. Grácio Editor.
- Kremer-Marietti. A. Rhétorique sociale et métaphore du sujet. Perelman, Burke et Lacan in Meyer Michel (2004). *Perelman le renouveau de la rhétorique*. PUF. O texto de Kremer-Marietti pode ser consultado também em: <http://www.psychanalyse.lu/articles/MariettiPerelmanLacan.htm> (acedido em 2004/13/06).
- Gilbert, M. A. Multi-Modal 2020: Multi-Modal Argumentation 30 Years Later. *Informal Logic*, Vol. 42, No. 3 (2022), pp. 487–506.
- Grácio, R. A. (2016). *A argumentação na interação*. Grácio Editor.
- Makau, J. M. & Marty, D. L., (2001), *Cooperative argumentation: A model for deliberative community*, St. Martin's Press.
- Mouffe, C. (2005). Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de Sociologia e Política n.º 25*: 11-23.
- Perelman, Ch. (1970). *Le Champ de L'Argumentation*. Presses Universitaires de Bruxelles.
- Tindale, C. (2020). La raison interculturelle et les conditions préliminaires de l'argumentation. *Argumentation et Analyse du Discours* [Online], 25. URL : <http://journals.openedition.org/aad/4477> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/aad.4477>